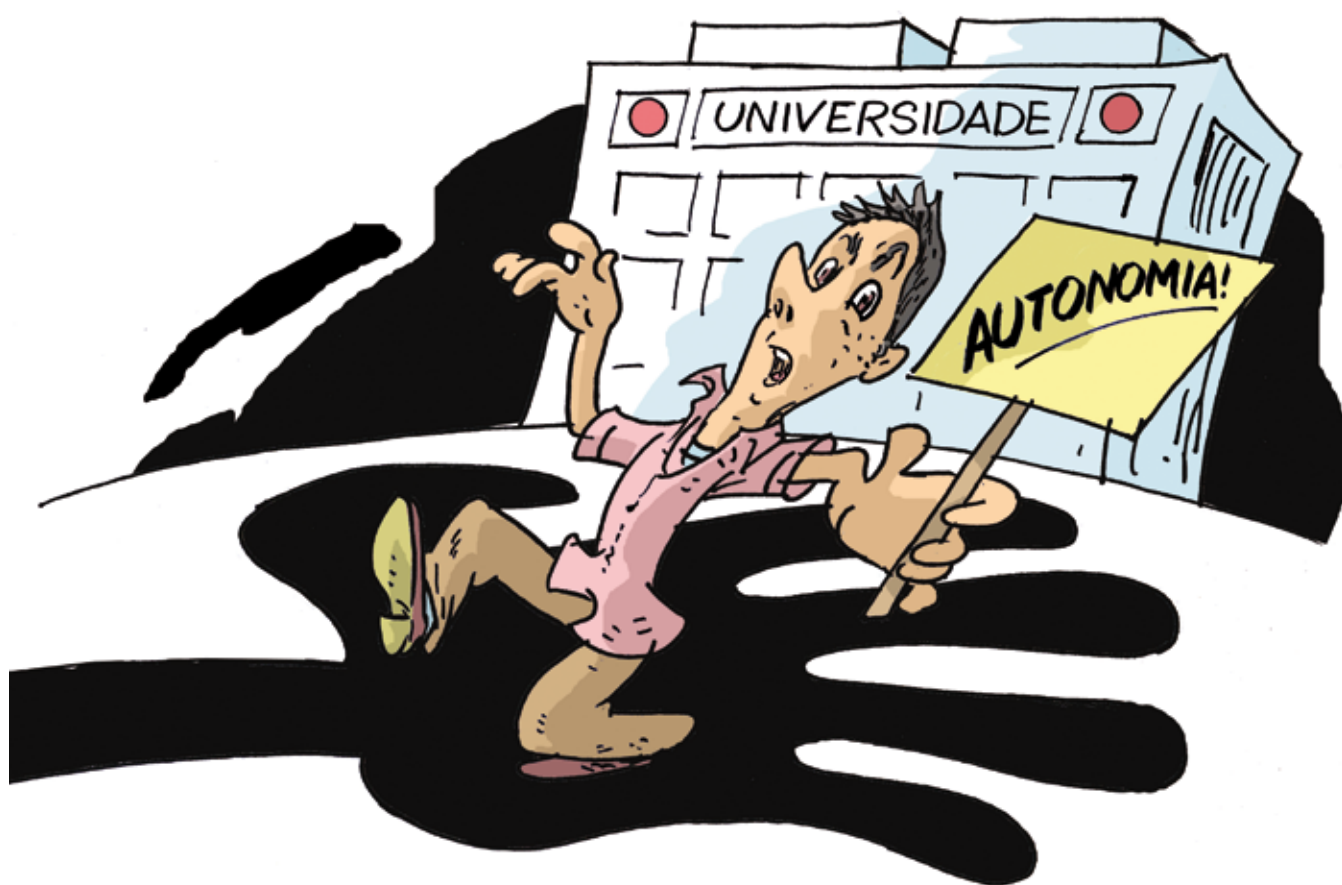


CRISE DA ACADEMIA JAPONESA, NOVO SISTEMA DE GOVERNANÇA E ATAQUE ÀS CIÊNCIAS HUMANAS

Makoto Katsumori¹
katsumor@gipc.akita-u.ac.jp
Tradução: Carlos Machado



Mudanças estruturais introduzidas nas universidades públicas japonesas durante as duas últimas décadas são parte da reestruturação, em escala mundial, dos sistemas acadêmicos. Ao mesmo tempo, parecem existir alguns traços específicos. O governo nacional desempenha um papel central em impor reformas às universidades públicas — reformas que, sob o pretexto de promover a sua autonomia, são na verdade planejadas para reforçar o controle estatal sobre elas. O financiamento estatal passou a depender do desempenho dessas instituições, submetidas a pressões e a “avaliações de terceiros”

Os problemas atuais da academia, tais como analisados criticamente por Willem Halffmann e Hans Radder em seu “Manifesto Acadêmico”, parecem ter muito em comum com a situação do Japão. Mudanças estruturais introduzidas nas universidades japonesas durante as duas últimas décadas podem ser vistas como parte da reestruturação, em escala mundial, dos sistemas acadêmicos. Ao mesmo tempo, contudo, também parecem existir alguns traços específicos da situação japonesa. É digno de nota, em particular, que o governo nacional, especificamente o Ministério da Educação (oficialmente, “Ministério da Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia” [MEXT]), desempenha um papel central em impor reformas às universidades — reformas que, sob o pretexto de promover a autonomia das universidades, são na verdade planejadas para reforçar o controle do governo sobre elas. Nesta breve análise, vou me limitar a fazer uma “descrição quase jornalística” dos fatos mais recentes que afetam seriamente a vida acadêmica no Japão.

Uma importante mudança de rumo ocorreu em 2004, quando todas as universidades nacionais japonesas [uni-

versidades públicas] foram “incorporadas”, ou seja, receberam o *status* de “corporações de universidades nacionais”. Essa incorporação, que foi feita supostamente para aumentar “a independência e a autonomia” de cada universidade (MEXT, 2003), na verdade tem funcionado com efeito inverso. Com tal incorporação, a “concessão operacional” dada pelo Ministério da Educação, que constituía a mais ampla fonte de renda das universidades nacionais (cerca de 48% de sua renda no ano fiscal de 2004), começou a ser reduzida ao ritmo de 1% ao ano (ver Oba, 2006). Essa redução da concessão operacional juntou-se à criação e expansão de vários tipos de fundos que são alocados seletivamente em base competitiva. Além disso, no devido tempo, a própria concessão operacional assumiu um caráter competitivo, ou seja, passou a ser alocada de acordo com o desempenho das universidades, regularmente submetidas a “avaliações de terceiros”.

Esse conjunto de mecanismos funciona como uma enorme pressão sobre as universidades para que se reorganizem em total conformidade com as intenções do governo. Desse modo, como apontam vários críticos, a incorporação de universidades nacionais tem ajudado a intensificar seu controle pelo Estado, que serve para reorientar a atividade acadêmica, cada vez mais, em direção à lógica gerencial de eficiência e mensurabilidade, combinada com a concorrência permanente.

A incorporação das universidades nacionais também envolve medidas para reforçar a estrutura hierárquica de poder *dentro* da universidade. Particularmente, no novo sistema, o presidente da universidade não é mais eleito pelo voto de membros do corpo docente, mas selecionado por um comitê formado por um punhado de representantes internos e especialistas externos (embora os votos do corpo docente possam ser “levados em consideração”); e as tomadas de decisão da universidade não se baseiam mais num sistema colegiado, mas num regime centrado no presidente e no conselho administrativo (Oba, 2006). Assim, enquanto o governo fala oficialmente em aumentar a autonomia da universidade sob a forte liderança do presidente, o novo sistema de governança tem efetivamente ajudado o governo a controlar as universidades nacionais *por meio* do poder que têm os presidentes de anular a dissidência interna.

Nessa nova configuração institucional, têm ocorrido desdobramentos na academia japonesa. Em 2014, no go-

verno direitista de Abe [primeiro-ministro Shinzo Abe], duas leis relativas à educação foram revisadas. Especificamente, a revisão da Lei de Educação Escolar, que diz respeito não apenas às universidades nacionais, mas a todas as universidades, restringiu de forma considerável o direito do corpo docente de *deliberar* sobre assuntos da universidade. Os conselhos universitários, dos quais fazem parte todos ou a maior parte dos professores com dedicação integral, até então tinham o direito de discutir matérias importantes para a universidade, incluindo aquelas relacionadas à gestão e administração, embora, como observado acima, a tomada de decisão final já tivesse sido centralizada nas mãos do presidente. A Lei de Educação Escolar revisada estipula, no entanto, que os conselhos universitários discutam assuntos relativos ao “ensino e pesquisa”, e que “expressem opiniões” sobre esses temas, desde que o presidente considere que isso seja necessário (MEXT, 2014).

O Ministério da Educação emitiu aviso às universidades nacionais, convocando-as a reestruturar as faculdades de ciências humanas e sociais e as faculdades dedicadas à formação de professores: as universidades deviam “dar passos decisivos para abolir essas organizações”, o que gerou uma onda de protestos

Um dos passos “pioneiros” para viabilizar esse novo modo de governança foi dado pela Universidade de Akita, onde trabalho, localizada no nordeste do Japão. No início de 2014, pouco antes da revisão da Lei de Educação Escolar, a Universidade de Akita, fortemente apoiada pelo governo, abriu uma nova unidade chamada Faculdade de Ciências de Recursos Internacionais. Ali, a maioria dos docentes foi sistematicamente excluída das discussões dos problemas básicos da universidade. Essas discussões ficaram quase integralmente a cargo de recém-estabelecidos “conselhos”, formados por poucos membros executivos, membros de outras universidades e de empresas priva-

das. Esse novo sistema de governança, completamente destituído de autonomia das faculdades e de liberdade acadêmica, era na superfície voluntariamente projetado e proposto pela própria universidade, mas com o objetivo de obter subsídios adicionais do governo.

Como esperado, o sistema foi altamente elogiado pelo governo e pelos meios empresariais como um modelo a ser seguido por outras universidades. Logo após a revisão da Lei de Educação Escolar, a Universidade de Akita assumiu outra vez a liderança ao estender o novo sistema de governança para toda a universidade, embora não no mesmo grau, devido à resistência de parte do corpo docente e dos sindicatos.

Em 2015, o Ministério da Educação emitiu um aviso às universidades nacionais convocando-as a reestruturar suas faculdades de ciências humanas e sociais, assim como as faculdades dedicadas à formação de professores: as universidades nacionais deveriam “dar passos decisivos para abolir essas organizações ou convertê-las para áreas que melhor atendam às necessidades da sociedade”. Esse documento provocou uma onda de protestos na academia e nos meios de comunicação, e recebeu críticas inclusive da mídia internacional.

Os presidentes de algumas universidades nacionais expressaram sua intenção de não atender a esse pedido, e o Conselho de Ciências do Japão criticou o desrespeito do MEXT pelas ciências humanas e sociais, assim como sua visão estreita das “necessidades da sociedade” (Conselho de Ciências do Japão, 2015). Diante dessas reações adversas, o MEXT moderou verbalmente sua postura, dizendo que não negligenciara, de forma alguma, as ciências humanas e sociais e que não pretendia forçar as universidades a descartar essas áreas.

A configuração institucional das universidades nacionais “incorporadas” pelo governo tem trabalhado em detrimento da ciência social, em especial das humanidades, que se prestam bem menos que os campos das ciências naturais a produzir resultados que sejam quantificáveis em curto prazo

Conforme foi apontado por alguns críticos, a reação pública ao aviso do ministério foi em parte ocasionada pela cobertura sensacional da mídia, responsável pela impressão de que o governo havia subitamente se movimentado para extinguir faculdades consideradas socialmente inúteis (Yoshimi, 2016). De fato, muito do mesmo pedido já fora feito antes pelo MEXT e, mais essencialmente, a mesma lógica já fora instalada na política geral do governo para a universidade desde a incorporação das universidades nacionais, em 2004. Ou seja: a configuração institucional das universidades nacionais incorporadas — em particular, a distribuição desigual de recursos com base na avaliação das conquistas — tem trabalhado de forma sistemática em detrimento da ciência social e especialmente das humanidades, que em geral se prestam bem menos que os campos das ciências naturais a produzir resultados quantificáveis em curto prazo.

Nessas circunstâncias, várias universidades nacionais já tomaram medidas para reduzir as faculdades de ciências humanas e/ou fechar alguns departamentos relacionados a essas áreas nas faculdades dedicadas à formação de professores. Desse modo, a academia japonesa hoje, em especial nas áreas consideradas menos úteis e rentáveis, encontra-

se numa crise sem precedentes (ver Muroi, 2015).

Com certeza, como se pode deduzir da descrição até agora, os eventos recentes relativos às universidades japonesas não passam totalmente sem dissensão interna ou crítica pública. Infelizmente, porém, não tem havido resistência capaz de ajudar a reorientar a situação geral e não há perspectivas de que tal resistência surja num futuro próximo. Isso parece decorrer em parte da obediência e do conformismo enraizados na sociedade japonesa, inclusive na academia. Além disso, a lógica da eficiência e do controle gerencial tornou-se parcialmente internalizada por não poucos acadêmicos.

Pessoalmente, recuso-me, na medida do possível, a cooperar com sistemas de controle introduzidos um após o outro (como a avaliação e a autoavaliação de membros individuais do corpo docente) e, em certas ocasiões, dou as mãos a alguns colegas para levantar algum protesto, mas sempre acho difícil apelar à “maioria silenciosa” para desafiar as normas impostas. Em tais circunstâncias, o intercâmbio e o diálogo internacionais ocasionados pelo “Manifesto Acadêmico” são ainda mais valiosos, pois nos oferecem uma perspectiva mais ampla, necessária ao nosso contínuo engajamento crítico diante da situação.

NOTA

1 Professor de Filosofia da Faculdade de Educação e Ciências Humanas da Universidade de Akita.

REFERÊNCIAS

- MEXT, 2003. “FY2003: White Paper on Education, Culture, Sports, Science and Technology.” <https://goo.gl/bCTvua>.
MEXT, 2014. “Gakkō Kyōiku hō Oyobi Kokuritsu Daigaku Hōjin hō no Ichibu wo Kaisei Suru Hōritsu.” <https://goo.gl/QyHjby>.
Muroi, Hisashi. 2015. *Bunkei Gakubu Kaitai* [O dismantelamento das faculdades de ciências humanas]. Tokyo: Kadokawa.
Oba, Jun. 2006. “Incorporation of National Universities in Japan and its Impact Upon Institutional Governance.” <https://goo.gl/YuhQ3s>.
The Science Council of Japan. 2015. “Korekara no Daigaku no Arikata ni Kansuru Giron ni Yosete.” <https://goo.gl/SY2UWv>.
Yoshimi, Shun'ya. 2016. *Bunkei Gakubu Haishi* [O impacto do dismantelamento das faculdades de ciências humanas]. Tokyo: Shūeisha.